

Estado reformula controle interno das polícias após operação na Civil

Decreto foi publicado após investigação de esquema de corrupção e irregularidades

Por Raphaela Cordeiro

O Governo de São Paulo publicou um decreto que promove mudanças na estrutura de integridade e controle interno da Secretaria da Segurança Pública (SSP), com a reorganização da Unidade de Gestão de Integridade (UGI), setor responsável por identificar riscos e fortalecer ações de prevenção à corrupção nas polícias do estado.

A medida foi oficializada por meio de decreto divulgado no Diário Oficial e integra uma reorganização administrativa da pasta. O texto redefine atribuições e estrutura de setores responsáveis por fiscalização, planejamento e acompanhamento de políticas públicas voltadas à segurança.

Entre os objetivos da reestruturação está o fortalecimento de mecanismos de transparência, controle interno e prevenção de irregularidades nas forças de segurança. A iniciativa busca ampliar ações voltadas à integridade institucional e ao monitoramento de riscos dentro das corporações.

A Unidade de Gestão de Integridade é formada por nove integrantes das polícias Civil, Militar e Técnico-Científica. Os membros foram escolhidos com base na experiência profissional, capacitação técnica e reputação dentro das corporações. O grupo será responsável por coordenar,



Divulgação Polícia Civil

Decreto reorganiza estruturas de controle e integridade da Secretaria da Segurança Pública

elaborar, executar e monitorar ações voltadas ao fortalecimento da integridade nas instituições policiais. As atividades incluem o mapeamento de vulnerabilidades administrativas, análise de procedimentos internos e desenvolvimento de estratégias para reduzir riscos de irregularidades nas corporações.

Entre as atribuições da unidade estão a identificação de riscos institucionais e a proposição de medidas preventivas para evitar irregularidades. A UGI também poderá sugerir a criação de pro-

tolos, normas internas, treinamentos e orientações voltadas ao aprimoramento das práticas administrativas e operacionais nas corporações.

A coordenação da unidade ficará a cargo da delegada Alexandra Comar de Agostini, que possui mais de 30 anos de atuação na segurança pública. Parte da carreira foi dedicada à Corregedoria da Polícia Civil e à Controladoria-Geral do Estado, áreas ligadas ao controle interno e à fiscalização administrativa.

Segundo a Secretaria da Se-

gurança Pública, o objetivo da reorganização é fortalecer a cultura de integridade e ampliar mecanismos de prevenção a práticas ilícitas dentro das instituições. A atuação da unidade tem caráter preventivo e busca identificar possíveis vulnerabilidades antes que irregularidades ocorram, permitindo que medidas corretivas sejam adotadas de forma antecipada. A proposta é ampliar a cultura de integridade dentro das instituições e aprimorar mecanismos de controle, acompanhamento e avaliação das práticas.

Especialistas em governança pública apontam que estruturas de compliance — termo utilizado para designar políticas de integridade e controle institucional — têm sido adotadas por diferentes órgãos públicos como forma de reforçar a transparência, prevenir irregularidades e aprimorar processos administrativos.

Operação Bazaar

A publicação do decreto ocorre após a deflagração da Operação Bazaar, realizada em março de 2026 pelo Ministério Público de São Paulo (MPSP) em conjunto com a Polícia Federal. A ação investiga um esquema de corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo policiais civis do estado.

Durante a operação, foram cumpridos 11 mandados de prisão e 25 mandados de busca e apreensão contra agentes suspeitos de receber propina para favorecer grupos criminosos. As investigações apontam que policiais repassariam informações privilegiadas e atuariam para facilitar atividades ilegais, incluindo operações ligadas a doleiros e movimentações financeiras clandestinas.

As apurações seguem em andamento e buscam identificar outros envolvidos, além de rastrear o fluxo de recursos utilizados no esquema e possíveis ramificações da organização investigada.

Débitos com a Sabesp devem ser pagos até dia 31

Rovena Rosa/Agência Brasil

Clientes da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) têm até 31 de março para regularizar débitos com descontos que incidem também sobre o valor principal da conta. A ação faz parte da campanha Acertando Suas Contas com a Sabesp, que busca facilitar a regularização e manter o acesso aos serviços.

Os clientes podem obter descontos de até 80% sobre o valor principal, além do abatimento de 100% de juros e multas. O pagamento pode ser feito via Pix ou parcelado em até 24 vezes no cartão de crédito. Para clientes com tarifa social ou em situação de vulnerabilidade, o parcelamento chega a 36 vezes no boleto.

A renegociação está disponível nos 48 postos presenciais, pelo telefone 0800 055 0195 e pelo WhatsApp (11) 3388-8000.



Abatimento total pode chegar a 80% do valor principal

Também há uma unidade móvel que percorre municípios em parceria com prefeituras, oferecendo atendimento presencial sem necessidade de agendamento.

Segundo a Sabesp, a campanha já beneficiou cerca de 40 mil

clientes, com aproximadamente R\$ 35 milhões em descontos e redução média de 56% no valor das dívidas renegociadas.

De acordo com a Sabesp, a iniciativa busca facilitar a regularização das contas e ampliar o acesso aos canais de atendimento.

82% dos idosos de SP foram alvos de golpes

Levantamento da Fundação Seade revela que 82% das pessoas com 60 anos ou mais no estado de São Paulo já sofreram tentativas de golpes virtuais por meio de mensagens, e-mails ou ligações fraudulentas. Embora o percentual seja inferior ao registrado entre pessoas de 30 a 59 anos, faixa em que os índices superam 90%, o dado mostra que a população idosa também está exposta aos riscos digitais.

A pesquisa foi realizada entre julho e setembro de 2025. O analista da Fundação Seade, Irineu Barreto, afirma que o menor uso das tecnologias não impede que idosos sejam alvo de abordagens fraudulentas. Segundo ele, a digitalização ampliou a exposição de todos os grupos etários, principalmente em golpes que envolvem uso indevido de dados pessoais.

Entre os golpes consuma-

dos, destaca-se a abertura fraudulenta de contas bancárias ou contratação de empréstimos sem autorização, situação que atinge 12% das pessoas com 60 anos ou mais, a maior proporção entre as faixas etárias analisadas.

Também há registros de compras on-line fraudulentas. A experiência de adquirir produtos pela internet e descobrir que a loja ou o vendedor não existiam foi relatada por 40% da população paulista e por 26% das pessoas com 60 anos ou mais.

A percepção de vulnerabilidade também é maior nesse grupo. Cerca de 68% dos idosos acreditam que atualmente é praticamente impossível se proteger de golpes on-line, índice 17 pontos percentuais superior ao registrado entre jovens de 18 a 29 anos.